

## Ata da Reunião do Conselho

Ata

n.º

07

Aos trinta dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, no horário das nove às doze horas e trinta minutos, na Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho em Reunião Ordinária reuniu-se o Conselho Estadual do Trabalho, tendo como pauta os seguintes assuntos: 1- Leitura e aprovação da Ata anterior; 2- Apresentação da Proposta de Ação Programática da SERT e do Manual de Orientações para Instalação dos Conselhos Regionais e Municipais do Trabalho; 3- A função do Seguro – Desemprego na conjuntura atual; 4- Medida Provisória 989: situação e encaminhamento; 5- Apresentação de Relatório do Grupo Temático sobre Trabalhador Rural; 6- Proposta de Criação do Grupo Temático sobre o Trabalho Infantil; 7- Fiscalização da Aplicação dos Recursos do PROGER e outros recursos do FAT; 8- Homologação do Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais; 9- Informes Gerais. Item Um: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a Ata da Reunião anterior previamente encaminhada para conhecimento dos Conselheiros. Item Dois: O Secretário Executivo, senhor Aloize Gogola, apresentou sinteticamente o Manual de Orientações para a Instalação dos Conselhos Regionais e Municipais de Emprego e Relações do Trabalho, do qual constam também os documentos constitutivos e outras informações sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Manual este destinado ao uso dos Escritórios Regionais da SERT, para apoio às Prefeituras na criação dos Conselhos Municipais. Foi entregue aos Conselheiros uma cópia do referido Manual. Na seqüência, os coordenadores das áreas programáticas da SERT, a saber: J. C. Frizolti, Jair Venduscolo, Nircélio Zobot, L. A. Scotti e Daniel, este representando M. E. Klüppel, respectivamente responsáveis pela chefia da CRT, CDT, CFP, CIM e ULT, fizeram rápida apresentação da estrutura programática de cada área, seguindo-se perguntas e esclarecimentos. Foi também entregue aos Conselheiros cópia do Manual “Paraná, Trabalho e cidadania” – Ação Programática. Item Três: Coube à técnica da Delegacia regional do Trabalho, Senhora Roseli, expôs o tema “A função de Seguro Desemprego na conjuntura atual”, seguindo-se perguntas e esclarecimentos sobre o tema. Item Quatro: O Presidente do conselho, Joni Paulo Varisco, relatou a situação a respeito das repetidas Medias Provisórias número 935, 964, 989, atingindo o fluxo normal e a destinação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Informou também sobre o envio que fizera à bancada paranaense de um Ofício de n.º 168/95 – SERT, na qualidade de Secretário de Estado e Presidente do Conselho, solicitando a devida atenção à importância dos recursos do FAT para o desenvolvimento na área do trabalho e a necessidade da preservação do fluxo e destinação normais desses recursos. Foi distribuída cópia do ofício aos Conselheiros. Informou também o presidente sobre a existência de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo Partido dos Trabalhadores e que a mesma merece todo o apoio, no tocante aos recursos do FAT. Informou ainda o presidente sua situação de, pessoalmente, contactar o Ministro do Trabalho, cobrando sua posição a respeito das Medidas Provisórias em foco, já que o mesmo não é signatário, bem como sobre a agitação da assinatura do Convênio relativo ao Plano de Trabalho Mtb/CODEFAT/ 1995, no que os conselheiros deram todo o apoio. Propôs-se também que, após avaliação dos resultados do contato com o Ministro e dos encaminhamentos que forem dados no Fórum Extraordinário de Secretárias do Trabalho a ser realizado no dia 1º de junho do corrente, em Vitória, seja redigida uma Resolução do Conselho a ser encaminhada aos signatários das Medidas Provisórias e também ao Ministro do Trabalho, devendo as assinaturas do documento ser colhidas junto aos conselheiros que, a princípio dão por aprovado o teor da carta encaminhada aos Deputados e Senadores. Item Cinco: Diante da ausência do Conselheiro Paulo T. M. Vieira, coordenador do Grupo Temático sobre Trabalhador Rural, decidiu-se adiar, para a próxima Reunião, a apresentação do Relatório, Preliminar sobre o Grupo Temático referido. Item Seis: O Conselheiro Daniel Farias, suplente pela CUT, juntamente com a técnica da SERT, Elza Maria Campos, expôs a justificativa para a criação de um Grupo Temático sobre a Exploração do Trabalho Infantil e a Defesa dos Direitos dos Adolescentes que Trabalham. Na discussão da proposta, o Conselheiro Clemente Simião Junior perguntou se o Conselho da Criança, ligado a SECR, já não tratava do assunto e caso não, propôs uma Resolução conjunta entre ambos os Conselhos. Onofre S. Queiroz, argumentou sobre a necessidade de se uniformizar os

procedimentos. Aparecido Herrerias propôs a necessidade de se aprofundar melhor a questão na SERT, que deve, sim, participar da questão, em função das relações capital e trabalho que permeiam o problema e solicitou fosse encaminhado o problema, para ciência de todos, cópia do material apresentado pela CUT. Elietti de Souza, Assessora Técnica da SERT, argumentou sobre a especificidade de atribuições da SECR e SERT, respectivamente, assistência social e relações de trabalho, o que, na sua opinião, justifica a criação do Grupo Temático no âmbito do CET, sem conflitos com o Conselho da Criança. Concluiu-se o debate com a proposição de que a questão seja melhor aprofundada, sejam feitos os contatos com o Conselho da Criança, compatibilizados os objetivos e, na próxima reunião, se retome a questão, inclusive com a participação do Conselho da Criança / SECR. Item Sete: A questão relativa à Fiscalização dos recursos do PROGER e outros recursos do FAT, proposta pelo Conselheiro Paulo T. M. Vieira para ser incluída na pauta, não foi abordada, em função da ausência do mesmo. Item Oito: Foi homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal do Trabalho de São José dos Pinhais, ao mesmo tempo que não foi homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Trabalho de Barracão, por .Foi solicitado, na oportunidade, fosse redigido um modelo de Regimento Interno, e, caso houvesse urgência, o Secretário poderia homologar "ad referendum" do Conselho. Situações normais teriam a homologação nas Reuniões ordinárias do Conselho, já que dá 90 (noventa) dias de prazo para elaboração do regimento Interno, após a criação do Conselho Municipal. Item Nove: a) Relatório de Aplicação do PROGER. Emerson Kajiwara, da Superintendência Estadual do Banco do Brasil, informou sobre trabalhos da Comissão do PROGER, nomeada mediante Resolução n.º 08/95 – CET e o montante dos recursos aplicados em abril e a previsão para maio, sendo entregue aos Conselheiros Relatório detalhado relativo a abril. Propôs a necessidade de definir competências entre Conselho Estadual e os Municipais, pois, em caso de escassez de recursos, deve haver forma de priorização pelo CET. Nesse sentido, ficou acertado que os Conselhos Municipais efetuam a triagem das propostas quanto ao enquadramento dos projetos nas diretrizes e prioridades do Município, suas ações decidem quanto à liberação dos recursos, tarefa que cabe ao Conselho Estadual, ponderados as prioridades de âmbito estadual e a disponibilidade de recursos. Ficou também definido que, visando total transparência, sempre que a Comissão nomeada pela Resolução n.º 08/95 – CET se reunir, comunique aos demais Conselheiros para que, na medida do possível, participem e acompanhem os trabalhos. Kajiwara, ainda, chamou a atenção sobre as características dos recursos do FAT seus objetivos e o risco que o Banco do Brasil assume, com mínima compensação operacional. Propôs-se também o estudo para o aumento do percentual destinado ao capital de giro, pois a prática vem demandando o mesmo além das previsões. b) O Secretário apresentou aos presentes o jornalista Vinícius Coelho, que colaborará na Assessoria de Comunicação da SERT. c) O Secretário informou ainda que, no dia dois de junho estaria no município de Dr. Camargo, onde instalará o Conselho Municipal do Trabalho, presidirá sua primeira Reunião, discutindo as ações que a SERT se propõe a desenvolver no município, a partir, das proposições do Conselho Municipal. Quer desafiar o município a buscar as suas soluções, começando com um senso local, visando diagnóstico da realidade e proposição de ações em prol dos trabalhadores rurais volantes visando estancar o êxodo rural-urbano. Na oportunidade, o secretário fez convite aos conselheiros para que o acompanhem nessa agenda. d) Vilas Rurais: Aparecido Herrerias manifestou sua insatisfação sobre a maneira como o governo lançou as Vilas Rurais, estranhando a ausência da SERT, uma vez que a SERT tem os trabalhadores rurais como destinatários prioritários. Jair Vendruscolo esclareceu que a SERT vem participando desde o início e que a forma de lançamento realmente omitiu parceiros, mas que é possível a reversão da questão, pela equipe provisoriamente coordenadora. e) Daniel Farias, da CUT, propõe a articulação no sentido de trazer, para a Reunião do Conselho, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, para apresentar as propostas da Universidade na área do trabalho. Esgotada a pauta e os informes, e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião pelo Presidente e eu Secretário Executivo, lavrei a presente ata, registrando os encaminhamentos.

- Secretário Executivo.